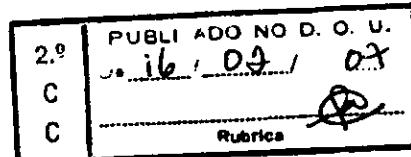




**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº	10880.029574/89-79
Recurso nº	120.269 Voluntário
Matéria	Auditoria de produção
Acórdão nº	202-17.335
Sessão de	20 de setembro de 2006
Recorrente	Perfumes Dana do Brasil S/A
Recorrida	DRJ em São Paulo - SP



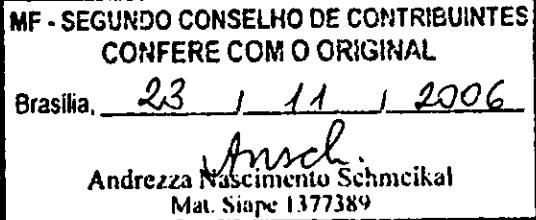
Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Ano-calendário: 1984, 1985, 1986

Ementa: IPI. CÁLCULO DA PRODUÇÃO A PARTIR DE ELEMENTOS SUBSIDIÁRIOS. DECORRÊNCIA.

A manutenção da exigência relativa à auditoria de produção no âmbito do IRPJ por meio do Acórdão nº 108-08.374 implica a manutenção da exigência do IPI nos termos definidos pela decisão proferida em primeira instância.

Recurso negado.



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Antônio Carlos Atulim
ANTONIO CARLOS ATULIM
Presidente e Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Gustavo Kelly Alencar, Nadja Rodrigues Romero, Mírian de Fátima Lavocat de Queiroz, Antonio Zomer, Ivan Allegretti (Suplente) e Maria Teresa Martínez López.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 23 / 11 / 2006

Anschi.
Andrezza Nascimento Schmeikal
Mat. Siapc 1377389

Fls. 2

Relatório

Trata-se de auto de infração lavrado em 03/08/1989 para exigir o crédito tributário de Cz\$ 175.244,56, relativo a IPI, multa de ofício e juros de mora, em razão da falta de recolhimento e de lançamento do imposto detectada após a realização de auditoria de produção no âmbito da fiscalização do IRPJ.

A DRJ em São Paulo - SP, por meio do Acórdão nº 1.760, de 18/06/1999, manteve em parte o lançamento, sob a justificativa de que a manutenção parcial do lançamento efetuado no processo matriz implica manutenção parcial da exigência dele decorrente.

Regularmente notificado daquele Acórdão em 02/08/2001, o sujeito passivo interpôs recurso voluntário de fls. 90/97, em 03/09/2001, instruído com os documentos de fls. 98/111, onde constou o arrolamento de bens. Alegou em preliminar que ocorreu a prescrição intercorrente, pois a impugnação demorou dez anos para ser julgada. No mérito, alegou que o auto de infração não pode ser lavrado com base em mera presunção, cabendo à Fiscalização provar a realidade do fato imponível, em homenagem ao princípio da legalidade. Insurgiu-se contra a glosa das despesas de viagens e estadias de seus empregados e direitos, por estarem em desacordo com o art. 252, do Regulamento do Imposto sobre Produto Industrializados, de 1992 (*sic*). Disse que não é possível aplicar o RIPI de 1992 a fatos geradores ocorridos durante os anos de 1984 a 1986, em face do princípio da irretroatividade. No tocante à presunção de omissão de receita operacional, alegou que as diferenças resultaram da aplicação do método de levantamento econômico, que é um método indiciário, portanto, insuficiente para caracterizar eventual prática de omissão de receita. O próprio art. 343 do RIPI/82 reconhece que os elementos colhidos em razão do levantamento econômico apenas devem ser considerados como "elementos subsidiários". Se o próprio regulamento considera que são elementos subsidiários, deve o Fisco colher os elementos principais para justificar a autuação. Acrescentou que trouxe novas informações ao processo, que não foram consideradas, a exemplo da praxe industrial em exceder de 1% a 6% as quantidades normais de conteúdo que aparecem nas embalagens, plenamente comprovada por laudo do IPEM. Tal laudo foi desconsiderado pela decisão de primeira instância por ter sido obtido a partir de material coletado no ano de 1989. Entretanto, tal argumento não prospera porque a atividade da recorrente não mudou com o passar dos anos e o excesso médio nos volumes ocorre independente do período e de qualquer laudo, pois se trata de uma praxe industrial. Requeru a reforma da decisão recorrida e o cancelamento do auto de infração.

O auto de infração principal relativo ao IRPJ encontra-se albergado no Processo nº 10880.0029572/89-43.

É o Relatório.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE	CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, <u>23</u> / <u>11</u> / <u>2006</u>	
<i>Ansel.</i> Andrezza Nascimento Schinicikal Mat. Siape 1377389	

Fls. 3

Voto

Conselheiro ANTONIO CARLOS ATULIM, Relator

O recurso preenche os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

É incontroverso que se trata de lançamento de IPI decorrente de exigência no âmbito do IRPJ, conforme se pode extrair do termo de verificação, da impugnação, das decisões de primeira instância e do próprio recurso voluntário.

Não houve aplicação retroativa do Regulamento do IPI de 1992, porque em 1992 não foi publicado nenhum regulamento da Lei nº 4.502/64. Na fl. 7 do processo consta com todas as letras no enquadramento legal a menção ao RIPI/82, aprovado pelo Decreto nº 87.981/82. Portanto, não tem fundamento esta alegação da defesa.

Também não prospera a alegação de que os elementos colhidos no levantamento econômico apenas devem ser considerados como elementos subsidiários por força do art. 343 do RIPI/82. O que está escrito naquele artigo é que *"Constituem elementos subsidiários, para o cálculo da produção e correspondente pagamento do imposto, dos estabelecimentos industriais, o valor e quantidade de matérias-primas, produtos intermediários e embalagens adquiridos e empregados na industrialização e acondicionamento de produtos, o valor das despesas gerais efetivamente feitas, o da mão-de-obra empregada e o dos demais componentes do custo de produção, assim como as variações dos estoques de matérias-primas, produtos intermediários e embalagens."* Portanto, elementos subsidiários os existentes na contabilidade do contribuinte e não o resultado do cálculo da auditoria de produção, como quis fazer crer a recorrente. Do resultado do cálculo que é feito a partir dos elementos citados no artigo 343 do RIPI/82 (cuja matriz legal é o art. 108 da Lei nº 4.502/64) é possível estabelecer uma presunção relativa de omissão de receita que cabia à recorrente elidir.

Conforme se pode verificar nas fls. 120 e seguintes, no Acórdão nº 108-08.374, de 16/06/2005, que ora junto aos autos, a Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes deu provimento parcial ao recurso voluntário interposto no processo de IRPJ (processo principal) nos seguintes termos:

"Câmara: OITAVA CÂMARA

Número do Processo: 10880.029572/89-43

Tipo do Recurso: VOLUNTÁRIO

Matéria: IRPJ

Recorrente: PERFUMES DANA DO BRASIL S.A.

Recorrida/Interessado: DRJ-SÃO PAULO/SP

Data da Sessão: 16/06/2005

Relator: Nelson Lôssio Filho

Decisão: Acórdão 108-08374

Resultado: DPPU - DAR PROVIMENTO PARCIAL POR UNANIMIDADE

Texto da Decisão: Por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de prescrição intercorrente suscitada pelo recorrente, e, no mérito,

Brasília, 23 / 11 / 2006

Processo n.º 10880.029574/89-79
Acórdão n.º 202-17.335

Ansch
Andrezza Nascimento Schmickal
Mat. Siapc 1377389

Fis. 4

DAR provimento PARCIAL para excluir o item 02 ao auto de infração intitulado de glosa de despesa.

Ementa: PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - Não ocorre a prescrição prevista no art. 174 do CTN quando não constituído definitivamente o crédito tributário, em virtude de a exigência encontrar-se suspensa por força de impugnação ou recurso na esfera administrativa.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - AUDITORIA DE PRODUÇÃO - Caracteriza a ocorrência de omissão de receitas a diferença encontrada na análise da produção industrial da empresa, apurada por levantamento quantitativo do insumo/produto denominado auditoria de produção, mormente quando a contribuinte deixa de apresentar elementos de prova que pudessem ilidir a constatação do Fisco.

IRPJ - DESPESAS DE VIAGENS - COMPROVAÇÃO POR NOTAS FISCAIS SIMPLIFICADAS - Incabível a glosa de despesas de viagens baseada exclusivamente na imprestabilidade das notas fiscais simplificadas como documentos hábeis para comprovar esses gastos, quando a empresa junta aos autos relatórios de viagens indicando o beneficiário dos desembolsos.

Preliminar rejeitada.

Recurso parcialmente provido”.

O que ficou decidido no julgamento do processo matriz do Imposto de Renda Pessoa Jurídica faz coisa julgada no processo decorrente, no mesmo grau de jurisdição, ante a íntima relação de causa e efeito entre eles existente.

Considerando que o sujeito passivo não apresentou nenhum motivo de fato ou de direito capaz de suscitar alterações na decisão de primeira instância, voto no sentido de negar provimento ao recurso para mantê-la, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 2006.

Atulim
ANTONIO CARLOS ATULIM